

A PRÁTICA AVALIATIVA COMO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO ATRAVÉS DA EAD

Maringá – Paraná (04/2014)

Priscilla Campiolo Manesco Paixão – UNICESUMAR,

priscilla.paixao@unicesumar.edu.br

Adélia Cristina Tortorelli – UNICESUMAR, adelia.tortorelli@unicesumar.edu.br

Marcia Previato de Souza – UNICESUMAR, marcia.previato@unicesumar.edu.br

Camilla Barreto Rodrigues Cochia – UNICESUMAR, camila.cochia@unicesumar.edu.br

Classe 1

Investigação Científica

Setor Educacional 3

Educação Superior

Classificação as Áreas de Pesquisa em EaD

Nível Macro – Sistemas e Teorias de EAD

D. Teorias e modelos

Nível Meso – Gerenciamento, Organização e Tecnologia

J. Desenvolvimento profissional e apoio ao Corpo Docente

Nível Micro - Ensino e Aprendizagem em EAD

N. Interação e Comunicação em Comunidades de Aprendizagem

Natureza A

Relatório de Pesquisa

RESUMO

A presente pesquisa de cunho bibliográfico fomentou a discussão entre avaliação, EAD e democratização do ensino. Destacando a relação entre sociedade e educação numa perspectiva de reflexão sobre o caminho trilhado pela educação a distância como alternativa viável a democratização do ensino. Para isto, apontamos a avaliação como força motriz capaz de buscar respostas aos problemas que afligem a sociedade na qual se desenvolve.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância; Avaliação; Democratização do Ensino.

INTRODUÇÃO

A educação a distância - EAD - está inserida no contexto educacional como uma modalidade aparentemente nova, que vem apresentando um grande crescimento devido a flexibilidade de tempo e espaço que ela permite a seus estudantes. E ainda, vemos que recomendações de relatórios nacionais e internacionais e mesmo, a ênfase dada à avaliação da aprendizagem, colocam-nos, enquanto Instituições de Ensino Superior, numa situação de incertezas e a clareza de que precisamos mudar para não ficarmos à margem da evolução e dos processos globalizados.

Neste cenário, faz-se, então, necessário refletir sobre a prática avaliativa como parte integrante do processo de democratização do ensino enfatizado por Luckesi (2005), sendo prática em muitos países como ferramenta para melhoria da qualidade do ensino e das próprias instituições educacionais.

Neste sentido, é possível democratizar o ensino através de uma prática avaliativa assentada na credibilidade e legitimidade do Ensino a Distância? Para atender nossos propósitos, procuraremos compreender a intrínseca relação entre sociedade e educação, bem como o quanto as características da atualidade norteiam os caminhos da educação e mais precisamente das avaliações dos processos educacionais nas instituições de Ensino Superior a Distância – EAD. Para tanto, nos apoiaremos nas obras do professor Marcos Tarciso Masetto que destaca a avaliação do desempenho do aluno, do professor e a adequação do plano de ensino (2003; 2010) como um tripé indissociável, bem como em estudiosos da área como Luckesi (1994; 2005); Vasconcellos (2003); Haydt (2000); Esteban (1997).

REFERENCIAL TEÓRICO: A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO FORMA DE ACESSO AO CONHECIMENTO

A Educação a distância pode ser caracterizada como uma modalidade de ensino e aprendizagem que, mediados pela utilização das tecnologias de informação e comunicação, permite o acesso de alunos a cursos em diversas áreas sem a necessidade da presença simultânea do professor e do aluno no mesmo ambiente físico, ou mesmo que, separados espacial e/ou temporalmente, possibilita a alunos e professores interagirem e promoverem o ensino e aprendizagem tão almejados pela sociedade vigente (MORAN, 2002).

Considerando-se que o uso das tecnologias está diretamente ligado à sociedade e à sua cultura, a era da informação que se vive atualmente se reflete na sociedade, nas culturas e no modo de constituição do sujeito e, sendo assim, não poderia deixar de lançar desafios à educação. Fazendo com que novas propostas de modelos educacionais surgissem, bem como novos meios de aprendizagem e, indubitavelmente toda a evolução tecnológica acaba por forçar novos modelos de instituições sociais e educacionais (IVASHITA; COELHO, 2009, p. 03).

Esta modalidade de ensino utiliza estratégias pedagógicas específicas e proporciona um sistema de ensino distinto. Corroborando Luckesi (1994, p. 41) nos adverte que cabe à Universidade promover a abertura de campos de estudo, prover infraestrutura que possibilitem e incentivem a pesquisa e não apenas ministre aulas. Dessa forma, o ensino “repetitivo, verbalístico e livresco”, que não reproduz a realidade, se destina a modelos que não promovem o desenvolvimento da criatividade, da autonomia, nem tão pouco contribuem para a formação de uma consciência crítica.

A EAD devido as suas especificidades apresenta-se como uma porta aberta e desafiadora para a promoção destes campos de estudos mediados pelos recursos didáticos sistematicamente organizados e apresentados em diferentes suportes de informações como vídeos conferências; web aula; participação em fóruns, que “isolados ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação existentes” permite a todos o acesso ao conhecimento formal (CHERMANN; BONINI, 2000, p. 17).

Caminhando nesta direção temos a prática avaliativa que, se analisada historicamente sob diferentes ângulos e concepções, perceberemos que ela vem constituindo-se numa forma de debater os enfoques sobre a educação e a intrínseca relação com a sociedade da qual faz parte. Isto porque, segundo Luck (2007), os sistemas educacionais constituem uma organização sistêmica aberta: um conjunto de elementos que interagem e se influenciam mutuamente. Assim, a avaliação é o resultado dos debates realizados em torno das políticas educacionais de diferentes contextos e realidades históricas e também da própria história da educação.

A identificação, explicitação e construção do conceito de avaliação em educação é uma formulação muito complexa. Percebe-se em suas reflexões que a avaliação não pode estar dissociada do contexto histórico e político-social, uma vez que depende dos interesses e intenções de grupos e forças (sociais, econômicas, culturais, ideológicas, dentre outros) que compõem uma sociedade (LUCKESI, 2005). Por isso, não se pode perder de vista a complexidade epistemológica e as implicações éticas e políticas da avaliação.

Quando se propõe a discutir a questão epistemológica da avaliação, Rodrigues (1999) nos apresenta o paradigma naturalista como alternativa viável. Isto por que, também denominado dialético, crítico e holístico, procura enxergar a realidade complexa, dinâmica, aberta e polissêmica da educação e consequentemente da sociedade.

A avaliação, nesta perspectiva, tem por objeto uma realidade dinâmica e complexa, portanto, precisa ser considerada polissêmica, plurirreferencial, ou seja, somente pode ser entendida por meio de múltiplos enfoques e ângulos de estudos. O reconhecimento da avaliação como fenômeno plurifacetado e de responsabilidade social significa também admitir a sua dimensão ética, para além de sua complexidade epistemológica. Atribuir valor absoluto de verdade e objetividade aos números e seus efeitos de seleção e classificação é querer esconder e abafar o fato de que o campo social é penetrado de valores, interesses e conflitos. É esse caráter ético e, mais precisamente, político que coloca a avaliação no centro das reformas e dos conflitos, pois o que está de fato em jogo é a própria sociedade (DIAS SOBRINHO, 2000).

Esse processo avaliativo integra a *práxis* educacional e mobiliza todos os sujeitos envolvidos na análise dos diversos elementos da própria avaliação educacional, visando melhorar o desempenho dos agentes sociais, que levam à transformação social (CAPPELLETTI, 2002).

Assim, a produção da qualidade educativa, na modalidade a distância, está, sem dúvida, relacionada com os processos de avaliação construídos nos espaços acadêmicos, a partir dos significados que os sujeitos lhe atribuem e aos usos que fazem dele. Sendo uma prática educacional que acontece num determinado contexto histórico, com suas determinações sociais, políticas, econômicas e culturais, precisa dar respostas aos problemas que afligem a sociedade na qual se desenvolve.

Tal prática educacional nos remete à *práxis* pedagógica. Pimenta e Anastasiou (2004, p.65) afirmam que para alcançar a qualidade dos sistemas, “o professor além de saber os conhecimentos sobre determinada área da realidade, que se converterá no conteúdo do ensino, alia-se ao domínio de recursos teóricos e metodológicos para transmissão, partilha e socialização dos conhecimentos”, no caso das EAD’s, a temática se torna mais latente.

Neste sentido, o professor da EAD precisa rever suas crenças e modos de pensar e agir, começando pela sua prática pedagógica e finalizando com a concepção que se tem de avaliação.

A experiência docente nos mostra que a perspectiva da educação tradicional ainda muito utilizada por diversas IES, tem acentuada ligações com o positivismo, que segundo Mizukami (2006), tem causado enormes transtornos nos sistemas educacionais.

Nas novas concepções de aprendizagem, contrária as tradicionais, a ação pedagógica ao preocupar-se com a construção racional de novas estruturas conceituais prioriza primeiramente a análise racional da estrutura do assunto a ser ensinado. Em seguida, uma análise lógica de conteúdos organizados já existentes na mente do aluno que sejam relevantes para a aprendizagem do assunto. Os conhecimentos previamente adquiridos são fundamentais para a compreensão e internalização de novos significados de palavras, de conceitos, de proposições, pois servem de ancoragem às novas ideias num relacionamento não arbitrário (MASETTO, 2010).

Vasconcellos (2003, p. 55), nos lembra bem que “não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória, num processo de ensino passivo, repetitivo, alienante”. Uma avaliação significativa somente se processa, quando o conteúdo ministrado é significativo para o aluno. Sem mudar a forma de ensinar, dificilmente o professor mudará sua prática de avaliação formal, decorativa, destituída de sentido.

É preciso que o professor considere a avaliação no seu verdadeiro sentido, o de fazer parte do processo de ensino e de aprendizagem, pois o professor não pode propiciar aprendizagem se não estiver constantemente avaliando as condições de interação com seus educandos, mesmo que estas interações sejam virtuais.

Luckesi nos alerta que o primeiro passo para que a avaliação atenda a democratização do ensino é

Modificar a sua utilização de classificatória para diagnóstica. Ou seja, avaliação deverá ser assumida como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem do aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que ele possa avançar no seu processo de aprendizagem. Desse modo avaliação não seria somente um instrumento para a aprovação ou reprovação do aluno mais sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para sua aprendizagem (2005, p. 52).

A avaliação formativa é, também, “uma importante fonte de informações para o atendimento às diferenças culturais, sociais, psicológicas dos educandos, o que se torna grande conquista na luta contra as desigualdades e o fracasso escolar” (PERRENOUD, 1999, p. 28). E mais,

Quando age reflexiva e razoavelmente partindo de princípios morais, transformamos aquela atividade espontânea, natural, em atividade formativa. Pelo fato de que obtemos conhecimento a partir da avaliação, podemos intervir inteligentemente de um modo justo, equânime, equitativo para aumentar o conhecimento de quem aprende e de quem ensina. O que não é racional, e menos razoavelmente sustentável, é que sejam exames os que definam o conhecimento, isso é a própria perversão do conhecimento. Trivializam-no e empobrecem-no, reduzindo-o a um produto de consumo imediato para o êxito fugaz da prova, da qual se torna e é tratado como mercadoria. É a perversão também do que é aprender e do que é avaliar, considerando como evidente a pobreza intelectual de quem ensina com esse espírito (MENDEZ, 2002 p.85).

A avaliação formativa está muito ligada ao mecanismo de “*Feedback*”, à medida que também permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo.

Nesse sentido Esteban (1997, p. 53) enfatiza que,

avaliar significa deixar de fazer julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para constituir um momento capaz de expressar os conhecimentos que os alunos já tem estruturado, o processo cognitivo que realizou para alcançar tais conhecimentos, o que o aluno ainda não sabe, o que pode vir a saber, as suas possibilidades de aprendizagem e suas necessidades para que a superação sempre transitória, do não saber, possa ocorrer.

A avaliação formativa fornece informações que possibilita uma adaptação do ensino às diferenças individuais na aprendizagem. É importante ressaltar que essa adaptação deve ser feita “antes que seja tarde demais” (BLOOM, *apud* HAYDT, 2000, p.13).

De acordo com Argento (2011), para que a avaliação atinja às exigências da educação contemporânea faz-se necessário o uso combinado de técnicas e instrumentos de avaliação. O posicionamento da autora reforça a discussão trazida quando procuramos, ao menos, apontar que, assim como a sociedade passa por transformações, a academia não fica imune a ela, mas acompanha essas transformações que são traduzidas numa nova forma de ensino e aprendizagem e conseqüentemente de avaliação traduzidas na modalidade a distância.

Masetto (2010), aponta que o aprendiz, seja qual for o instrumento avaliativo proposto pelo professor, precisa de acompanhamento em todos os momentos de seu processo de aprendizagem, trata-se do feedback contínuo.

Com essa característica de feedback, o processo avaliativo ganha uma dimensão diagnóstica porque permite verificar se a aprendizagem está sendo alcançada ou não, e o porquê; uma dimensão prospectiva quando oferece informações sobre o que se fazer dali por diante para um contínuo reiniciar do processo de aprendizagem enquanto acompanha o aprendiz durante todo o processo e em todos os momentos de aprendizagem (MASETTO, 2010, p, 161).

Masetto (obra citada) destaca que além dos alunos, ainda precisamos pensar em uma avaliação do desempenho do professor, buscando informações sobre as ações, as atitudes e os comportamentos deste, enquanto vêm colaborando ou não para o processo de aprendizagem dos acadêmicos.

Por fim, há de se avaliar a adequação do plano de ensino. Aconselha-se a regularmente proceder a uma avaliação do programa, ouvindo os acadêmicos e com eles debatendo sobre como o programa está favorecendo a aprendizagem, ou que dificuldades ele vem apresentando, para se verificar as possíveis mudanças necessárias (MASETTO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos destacados nesta pesquisa, não esgotam as possibilidades de investigação sobre as práticas avaliativas usadas pelas IES na modalidade a distância. Mas, acreditamos que possa ser usada como reflexão acerca da democratização do ensino.

Isto porque é relevante pontuar a importância e o respeito pela cultura de uma sociedade, os valores éticos, políticos e econômicos, que influenciam e caracterizam o sujeito. Perceptível, ainda, o quanto a sociedade da qual fazemos parte, direciona os caminhos trilhados pela educação.

Quando nos retratamos especificamente a avaliação não estamos falando de um fato pontual ou de um ato singular, mas de um conjunto de fases que se condicionam mutuamente. Esse conjunto de fases forma um processo e atuam integradas. Assim corroboramos com Zabala (1998) ao afirmar que a avaliação não é, ou pelo menos não deveria ser, algo separado do processo ensino e aprendizagem, ela é parte do processo e exerce um papel específico em relação ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo.

Vale ressaltar que o interesse pela avaliação não se limita ao Brasil, alcança o âmbito mundial e, portanto, tem se mostrado estratégica, capaz de provocar mudanças na educação, democratizar o ensino e qualificar os processos educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTO, Heloisa. **Técnicas e instrumentos de avaliação**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/MBUM/tcnicas-e-instrumentos-de-avaliao>. Acesso em: 03 de fev. 2014.

CAPPELLETTI, I. F. **Avaliação de Políticas e Práticas Educacionais**. São Paulo: Editora Articulação Universidade /Escola. Ltda, 2002.

CHERMANN, Maurício; BONINI, Luci Mendes. **Educação a distância**. Novas tecnologias em ambientes de aprendizagem pela Internet. São Paulo: Universidade Braz Cubas, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. (Coleção O sentido da escola).

HAYDT, Regina Cazaux. **Competências docentes na educação do futuro: anotações sobre a formação de professor**. Nuances: Rev Curso Pedagogia FCT UNESP 2000. web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_04.pdf. Acesso em 04 de fev. de 2014.

IVASHITA, Simone Burioli; COELHO, Marcos Pereira **EAD: o importante papel do professor-tutor**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE/ III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia outubro de 2009/PUC – PR. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2865_1873.pdf>. Acesso em 03 de fev. de 2014.

LÜCK, Heloísa. **Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional**. 25 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LUCKESI, C.C. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro: ABT, 1994.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo? Summus, 2003.

_____. **O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior**. São Paulo: Avercamp, 2010.

MÉNDEZ, J. M. A. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre : Artmed Editora, 2002.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolleti. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: Edufscar, 2006.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em 03 de fev. de 2014.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos.

Docência do Ensino Superior. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, P.; ESTRELA, A. **Para uma fundamentação da avaliação em educação**. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1993.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.